



Colonialidade do saber nas Relações Internacionais: um debate epistêmico¹

Virginia Santiago dos Santos Góes²

A presente proposta tem como objetivo problematizar a disciplina das Relações Internacionais a partir de um olhar crítico à sua estrutura tradicional.

Os diferentes enfoques *reflexivistas* são apontados pela pesquisa aqui desenvolvida como propiciadores de análises descentradas, colocando em xeque noções universalizantes sobre o mundo. Objetiva-se problematizar a formulação de conceitos-chaves das Relações Internacionais, como forma de apontar a relação de tal disciplina com a colonialidade. Alguns destes enfoques se diferenciam por destacarem a relação entre discurso e poder na configuração das localidades. Os estudos que se debruçam sobre as influências da colonialidade nas relações travadas em âmbito internacional ainda são recentes e se constituem de concepções multidisciplinares.

Aqui, utilizam-se alguns elementos de perspectivas de/descoloniais como possibilitadores de análises críticas à estrutura disciplinar das Relações Internacionais e de discussões acerca da dinâmica internacional. Parte-se de uma abordagem crítica sobre discurso, a qual nos fornece alguns aportes imprescindíveis para a análise das relações de poder, ao colocar em pauta a construção discursiva que permeia as práticas políticas. Busca-se responder aos seguintes questionamentos: “Qual o papel dos processos de colonização na constituição da disciplina das Relações Internacionais?” e “Qual a relação entre a estrutura disciplinar das RI e a configuração do Sistema Internacional?”. Para

¹ Trabalho apresentado no GT17 – Relações Internacionais e Subalternidades.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL), Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca. E-mail: virginiassgoes@gmail.com.



tanto, formula-se a hipótese de que há um predomínio de modelos racionalistas e conceitos ocidentais na disciplina de Relações Internacionais, o que demonstra o legado colonial carregado por esta até a atualidade. A disciplina das RI se mostra como detentora de dinâmicas de poder internamente, refletindo a conjuntura do Sistema Internacional, a qual denota discursos e práticas carregados de influência colonial. Propõe-se, portanto, abordar o debate das Relações Internacionais sob o olhar “subalterno”, visto que identifica-se uma colonialidade epistêmica a ser questionada neste campo de estudo para sua descentralização, o que traz à tona a relação entre teoria e prática internacionais.

Neste bojo de problemáticas, faz-se a escolha de aprofundar o entendimento sobre os processos de formulação teórica, conceitual, sociopolítica que a colonialidade traz consigo e destacar sua relação com as Relações Internacionais.

Podemos afirmar que a estrutura disciplinar e investigativa das Relações Internacionais possui em sua base a estrutura colonial do saber – quando da escolha ontológica, epistemológica e, não menos importante metodológica – e do poder, quando da influência no delineamento das práticas internacionais.

As Relações Internacionais, apesar de estudos contemporâneos que buscam escapar dessa lógica, se constituíram e se consolidaram com bases bem rígidas em conceitos modernos de duas de suas áreas “mães”: a Ciência Política e a Economia. Elaboraões teórico-conceituais como as de *estado de natureza*, *contrato social*, *monopólio legítimo da violência*, *liberalismo econômico*, para citar algumas, possuem em seus cernes as relações coloniais travadas pela Europa Ocidental com outras localidades mundiais. Sensível se faz a identificação de que temáticas que poderíamos considerar relativas ao “Sul” são analisadas sem a devida desconstrução dos conceitos hegemônicos que permeiam o campo das RI.

A predominância de perspectivas racionalistas nos estudos das Relações Internacionais é um dos aspectos a serem sublinhados como definidores dos caminhos disciplinares tomados com o passar das décadas. Entendidas como carregadas de



influência positivista e racionalista, e com significativos traços de empirismo quanto a abordagens metodológicas, as teorias clássicas das RI, especialmente os realismos e liberalismos, vão travar fortes debates com as novas perspectivas que começam a surgir na área, especialmente aquelas que têm como foco principal a desconstrução de noções antes inabaláveis como as de anarquia e de Estado-nação.

É facilmente verificável que a supracitada ligação é infimamente mencionada nos cursos de graduação, tendo um espaço um pouco maior em alguns centros de investigação dedicados à agenda internacional. A centralidade ainda conferida ao Estado como ator do sistema internacional é defendida por diferentes teóricos adeptos das concepções clássicas das RI com a justificativa de que tal ator desempenha um comportamento racional, baseado nos interesses individuais, o que resultaria em uma anarquia do Sistema Internacional, devido ao “jogo” pelo alcance de tais objetivos. A ideia de que no sistema internacional prevalece o princípio da auto-ajuda e da competição, acaba sendo transpassada para as relações culturais, fazendo com que a subjugação seja naturalizada e considerada parte aceitável dessa dinâmica racionalista.

Para Arlene Tickner e David Blaney (2013, p. 212), as ferramentas conceituais e as categorias analíticas utilizadas nas Relações Internacionais fornecem pouco preparo para a compreensão de problemas globais realmente importantes, que questionem a disposição “centro-periferia” da própria disciplina. Para os autores, as RI se assumem, direta ou indiretamente, como universais. Seu caráter universalizador faz com que sejam seguidos certos conceitos ao redor do mundo, evitando uma diversidade maior de estudos e produção de conhecimento na área.

Este caráter quase dogmático da disciplina resulta na consideração de muitos dos estudos que fogem de tal dinâmica disciplinar como não acadêmicos, ou como não pertencentes ao campo das Relações Internacionais.

Ao proporem a descentralização da produção do conhecimento na área, Tickner e Blaney (2013) remetem a uma importante e sintomática característica das RI: a predominância de formulações teóricas de países do “Norte”, especialmente dos Estados



Unidos e da Inglaterra. Como apontado anteriormente, a adoção de categorias analíticas e formulações conceituais do Ocidente reflete a própria dinâmica de poder deste campo investigativo, fazendo-se imprescindível a retomada de seu processo de consolidação nas Ciências Humanas e Sociais.

Ao encontro desta perspectiva, Naeem Inayatullah e David L. Blaney (2004) identificam que os estudos do chamado “Sul” são demandados apenas para angariar informações e dados sobre o mesmo e não para o desenvolvimento de teorias sobre a política internacional que fujam da lógica ocidental. Ao analisarem as Relações Internacionais e a Economia Política Internacional a partir de um olhar da “periferia”, acabam por propor o rompimento dessa tendência de separação entre informação e teoria e identificam que a cultura ocidental possui um histórico de incompreensão das diferenças mundiais, tanto no âmbito de formulação de políticas quanto naquele respectivo às análises acadêmicas.

Tickner e Blaney (2013, p. 221) complementam esta linha de pensamento ao apontarem que um problema da produção de conhecimento das RI na “periferia” tende a ser meramente localizado, não sendo dada a devida importância às formulações teóricas que dela emergem. Em suas palavras, para o “centro”, a produção acadêmica da “periferia”, *“En el mejor de los casos, sirve como 'informante nativo' de la gran narrativa construida por los teóricos del centro. En el peor, se la ve como irrelevante para la producción de conocimiento dentro de las Relaciones Internacionales.”* (TICKNER; BLANEY, 2013, p. 221).

As Relações Internacionais enquanto disciplina, criadas a partir de conceitos modernos, possuem em sua constituição o legado colonial. Para Inayatullah e Blaney (2004, p. viii-ix), *“[...] IR will be unable to find its purpose as a study of differences – as a theory or international as intercultural relations – until we confront this legacy.”* O formato das RI, por ser um dos legados do projeto moderno-colonial, acaba por deixar de debater a questão da “diferença”. Confrontar o legado colonial das RI significa desconstruir conceitos importados, os quais desconsideram a multiplicidade cultural existente no



globo. Dessa maneira, poder-se-ia identificar recursos possíveis além da lógica europeia/estadunidense para desenvolver RI que sejam “pós-ocidentais”. É importante entender a colonização como ponto fulcral na compreensão do que é o Ocidente na atualidade, pois esse encontro entre culturas foi determinante na configuração do que corresponde ao modelo ocidental e ao que é apropriado por interesses do mesmo. Esse processo foi importantíssimo na construção das identidades das partes envolvidas. Neste sentido, podemos identificar que normas e modelos ocidentais – entendendo os estadunidenses e europeus como predominantes – se embasam na diferença com outras localidades para reafirmarem sua pertinência como modelo universal. Um exemplo disto é a consideração de que países africanos, países do sudeste asiático e da América Latina representam realidades que precisam ser modificadas, mas pelo modelo predominante. Essa consideração que pauta diversos projetos internacionais tem, em seu núcleo, a dicotomia “civilização” versus “barbárie”, a estereotipificação baseada nas categorias binárias e modernas que colocam como excludentes um “eu” de um “outro”. Essas construções imagéticas do meio social coincidem com o discurso colonial e pautam a diferenciação em nível internacional na medida em que endossam a divisão entre aspectos internos e aspectos externos, entre nativo e estrangeiro.

A dinâmica internacional é um exemplo do forte resquício de regras coloniais na contemporaneidade, o que pode ser bem analisado pela disposição discursiva de “Primeiro” e “Terceiro” mundos, cujo fundo se encontra na configuração hierárquica do globo. Para Loomba (1998), *“We cannot dismiss either the importance of formal decolonization or the fact that unequal relations of colonial rule are reinscribed in the contemporary imbalances between 'first' and 'third' world nations.”* O resquício colonial é mais do que uma característica do sistema internacional contemporâneo, ainda delinea agendas e pautas nos fóruns multilaterais, nas instituições; e, por consequência, nas formulações de práticas a serem seguidas pelos mesmos.



São frequentes noções carregadas da influência colonial na atualidade. Nosso sistema internacional continua colonizador – para os “centros de poder” – e colonizado para aqueles que sofrem influência desse poder.

As relações internacionais, como práticas sociais, refletem os modelos institucionais e discursivos do Ocidente. Neste sentido, noções como a de “desenvolvimento” trazem junto de si o caráter linear da história, cujo ponto de chegada deveriam ser as condições de vida presentes no “Norte”. Essa visão caracteriza o “Sul” como incapacitado de se autodeterminar e de se autogestionar nas questões problemáticas como a fome, por exemplo. Confiar neste arcabouço desenvolvimentista do “Norte” resulta, entre outros pontos, em uma legitimação de políticas intervencionistas (ABRAHAMSEN, 2007, p. 116).

Por um panorama mais geral, podemos apontar a dificuldade que o núcleo duro das Relações Internacionais tem em formular conceitos e práticas realmente horizontais, que confrontem as diferenças e as incluam nos processos decisórios, tendo em pauta a necessidade de questionar dicotomias ainda muito presentes na dinâmica internacional. Para o mencionado confronto – de caráter construtivo, não belicista – as interações culturais devem fazer parte do escopo central das instituições internacionais, e mais do que isso, devem compor a agenda investigativa das Relações Internacionais como disciplina, na medida em que fornece arcabouços desconsiderados por outros eixos analíticos mais clássicos. *“IR as a discipline does not (except very thinly) assess the quality of cultural interactions that shape and are shaped by the changing structures and processes of the international system.”* (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p. 1).

Quando se compreende a interação direta entre os processos culturais e os delineamentos do sistema internacional, muda-se a lente através da qual se vê o mundo. Passa-se a compreender as RI como parte constituinte da realidade local, das dinâmicas típicas das microesferas. As análises acadêmicas são diferentes fora do Ocidente, pelas condições sociais, experiências, processos históricos, práticas culturais, dentre outros



aspectos. Ressaltar esses estudos não-ocidentais se faz imprescindível para questionar as RI contemporâneas e fazer de tal disciplina uma área mais plural.

A colonialidade do saber como uma forma de relação de poder se faz e se mantém por sua força exportadora de preceitos, conceitos e, não menos importantes, valores que embarcam juntos com os primeiros. As Ciências Sociais, dessa forma, contribuem para a colonização do saber quando não discutidas as bases das formulações conceituais das quais se utiliza. Com as RI não é diferente, elas possuem um intenso potencial colonizador, devido, especialmente, à sua proposta de análise global. Este é o potencial que as Ciências Sociais em geral e as RI, em específico, tem quanto à manutenção da lógica vigente, a saber, a de globalização neoliberal, cujas matrizes – ou, pelo menos, algumas delas – se encontram nos confins dos processos de colonização, o que caracteriza a globalização como uma intensificação contemporânea do modelo de relação colonial, não sua diferenciação profunda (SHILLIAM, 2011). No entanto, seria de um improdutivo pessimismo acadêmico afirmar que isto está posto pela história e que não há possibilidades de modificação da mesma. Existe um outro lado possível, outra opção para as Ciências Sociais e para as Relações Internacionais, o qual demanda engajamento epistemológico: desconstruir para reconstruir, mais especificamente, descolonizar para emancipar e efetivamente conectar. Desta forma, a transformação horizontal e autônoma do “Sul” demanda este aporte acadêmico para formulação de novas estratégias.

A importância do pensamento “periférico” para o campo das RI é o de questionar a lógica colonizadora do conhecimento, ao mesmo tempo em que pode fornecer ferramentas para a mudança efetiva das realidades local e internacional. Isto não pode significar a defesa de um modelo universal, seja quanto a teorias, seja quanto a propostas de intervenção social. Defender um corpo analítico hermético em si mesmo como a melhor alternativa resultaria em deslegitimar a própria base de um pensamento fronteiro crítico, ou mesmo um pós-colonialismo de oposição, que assume o engajamento com a resistência aos modelos modernos/coloniais (SANTOS, 2004).



Descolonizar e descentrar as RI representa um passo a ser tomado pela disciplina na tentativa de alcance de uma pluralidade epistêmica, que pense alternativas horizontais para a construção de outra lógica global.

Referências bibliográficas

ABRAHAMSEN, R. Postcolonialism. In: GRIFFITHS, M. (Ed.). *International relations theory for the twenty-first century: an introduction*. New York: Routledge, 2007. p. 111–122.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. *International Relations and the problem of difference*. New York; London: Routledge, 2004.

LOOMBA, A. *Colonialism/postcolonialism*. London; New York: Routledge, 1998.

SANTOS, B. de S. Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e outro. In: *Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais*. 8, 2004, Coimbra: CES.

SHILLIAM, R. (Ed.). *International Relations and non-western thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity*. London; New York: Routledge, 2011.

TICKNER, A. B.; BLANEY, D. L. Pensar la diferencia: introducción. *Relaciones Internacionales*, n. 22, Madrid, 2013. p. 211–237.